



1 Às nove horas do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de  
2 Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid  
3 da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os  
4 Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA**  
5 **LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do  
6 Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**;  
7 reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em  
8 Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em  
9 sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados  
10 os processos: **Processo nº 201509723-00; Prefeitura Municipal de Bragança;**  
11 **Recurso Ordinário** contra a decisão contida na Resolução nº 11.825/2015 – **Contas de**  
12 **Governo**; Responsável: Edson Luis Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Regina  
13 Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda, com pedido de VISTA ao Conselheiro Sérgio  
14 Leão na Sessão do dia 16.06.2016; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.**  
15 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio Leão proferiu seu **VOTO VISTA**,  
16 acompanhando o Relator, na íntegra. **Em votação:** na Sessão do dia 16.06.2016, os  
17 Conselheiros, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães, acompanharam o Relator, na íntegra. O  
18 Conselheiro José Carlos Araújo divergiu no mérito, e negou provimento ao Recurso. O  
19 Conselheiro Cezar Colares não votou porque encontrava-se ausente à Sessão. A Presidência  
20 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do Recurso e,  
21 **por maioria**, pelo seu provimento total, com a modificação da decisão recorrida pela emissão  
22 de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Bragança a regularidade das contas  
23 (Resolução nº 12.589). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencido o Conselheiro José  
24 Carlos Araújo. **Processo nº 201601137-00; Prefeitura Municipal de Anajás; Pedido de**  
25 **Revisão** (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável: Edson  
26 da Silva Barros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.155, de**  
27 **24.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda submeteu ao  
28 Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A  
29 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
30 **unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto  
31 (Resolução nº 12.570). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da  
32 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201412186-00; Prefeitura**  
33 **Municipal de São Félix do Xingu; Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade com  
34 **pedido de efeito suspensivo**); Responsável: Antônio Paulino da Silva; Relator: Conselheiro  
35 Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo dispositivo  
36 regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda submeteu ao Plenário sua proposição de  
37 inadmissibilidade do Pedido, nos termos do parágrafo único, do Art. 271 do RI/TCM/Pa. A  
38 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**



39 **unanimidade**, decidiu homologar a decisão do Conselheiro Relator pela inadmissibilidade do  
40 Pedido (Resolução nº 12.571). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por  
41 ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201504710-00;**  
42 **Prefeitura Municipal de Pacajá; Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade com  
43 pedido de efeito suspensivo); Responsável: Edmir José da Silva; Relator: Conselheiro Daniel  
44 Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo dispositivo  
45 regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda submeteu ao Plenário preliminar de efeito  
46 suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em**  
47 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
48 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.572).  
49 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
50 José Carlos Araújo. **Processo nº 201607180-00; Câmara Municipal de Inhangapi;**  
51 **Outros – 2005 - Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade); Responsável: José Jair da  
52 Silva Pessoa; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.155, de**  
53 **24.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda submeteu ao  
54 Plenário sua proposição de inadmissibilidade do Pedido, nos termos do parágrafo único, do  
55 Art. 271 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a  
56 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a decisão do Conselheiro Relator  
57 pela inadmissibilidade do Pedido (Resolução nº 12.573). Presidência do Conselheiro Cezar  
58 Colares. **Processo nº 201415803-00; Câmara Municipal de Vigia; Outros – 2005 -**  
59 **Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade); Responsável: Raimundo Alves da Costa;  
60 Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.**  
61 Retirado de Pauta. **Processo nº 201515149-00; Câmara Municipal de Soure; Outros –**  
62 **2004 - Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade); Responsável: Marcus Vinícius  
63 Cassiano Figueiredo; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.155,**  
64 **de 24.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201500604-00; Câmara Municipal de**  
65 **Itupiranga; Outros – 2003 - Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade);  
66 Responsável: Marivan Oliveira de Sousa; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no**  
67 **DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201605972-00; Fundo**  
68 **Municipal de Assistência Social de Marituba - FMAS; Outros – 2012 – Pedido de**  
69 **Revisão** (Exame de Admissibilidade); Responsável: Socorro Garcia Batista do Couto; Relator:  
70 Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo  
71 dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda submeteu ao Plenário sua proposição de  
72 inadmissibilidade do Pedido, nos termos do parágrafo único, do Art. 271 do RI/TCM/Pa. A  
73 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
74 **unanimidade**, decidiu homologar a decisão do Conselheiro Relator pela inadmissibilidade do  
75 Pedido (Resolução nº 12.574). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
76 **201605693-00; FUNDEF de Igarapé-Açu; Outros – 2006 – Pedido de Revisão**



77 (Exame de Admissibilidade); Responsável: Vicente de Paula Pedrosa da Silva; Relator:  
78 Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Retirado de  
79 Pauta. **Processo nº 201606796-00; Câmara Municipal de Santa Maria do Pará;**  
80 **Representação** (Exame da Admissibilidade); Representantes: José Elias Farnum Lameira e  
81 José Ney Garcia dos Santos; Representado: Alcir Costa da Silva; Instrução: 3ª Controladoria;  
82 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara  
83 Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, a  
84 Conselheira Mara Lúcia submeteu ao Plenário sua proposição de inadmissibilidade da  
85 Representação, nos termos do Art. 297 c/c Art. 292, § 3º do RI/TCM/Pa. A matéria foi  
86 colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
87 decidiu homologar a decisão da Conselheira Relatora pela inadmissibilidade da Representação  
88 (Resolução nº 15.575). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201607252-**  
89 **00; Câmara Municipal de Santa Antônio do Tauá; Representação** (Exame de  
90 Admissibilidade); Representante: Enak da Silva – Vereador; Representado: Lio Silva Souza -  
91 Vereador; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame  
92 da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.**  
93 Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia submeteu ao Plenário sua  
94 proposição de inadmissibilidade da Representação, nos termos do Art. 297 c/c Art. 292, § 3º  
95 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
96 Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a decisão da Conselheira Relatora pela  
97 inadmissibilidade da Denúncia (Resolução nº 15.576). Presidência do Conselheiro Cezar  
98 Colares **Processo nº 201605078-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém;**  
99 **Representação** (Exame de Admissibilidade); Representante: José Elias Farmun Lameira e  
100 José Ney Garcia dos Santos; Representado: Jorge da Silva Alexandre; Instrução: 3ª  
101 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara  
102 Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, a  
103 Conselheira Mara Lúcia submeteu ao Plenário sua proposição de inadmissibilidade da  
104 Denúncia, nos termos do nos termos do Art. 297 c/c Art. 292, § 3º do RI/TCM/Pa. A matéria  
105 foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
106 **unanimidade**, decidiu homologar a decisão da Conselheira Relatora pela inadmissibilidade da  
107 Denúncia (Resolução nº 15.577). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
108 **201603444-00; Câmara Municipal de Gurupá; Pedido de Revisão** contra a decisão do  
109 Acórdão nº 29.181, de 26.05.2015; Responsável: Antônio Adalto Nunes dos Santos;  
110 Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva;  
111 Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.155, de**  
112 **24.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
113 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Pedido, com a  
114 reforma da decisão pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O



115 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
116 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Pedido, com a reforma da decisão  
117 pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.181). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.  
118 **Processo nº 201606774-00; Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá; Outros –**  
119 **2002 – Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade); Responsável: Enedina Matos da  
120 Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.155, de**  
121 **24.06.2016**. Retirado de Pauta. **Processo nº 201515635-00; Fundo Municipal de**  
122 **Saúde de Bom Jesus do Tocantins; Embargos de Declaração - 2009**; Responsável:  
123 Viviane Buss Meireles; Instrução: 5ª Controladoria; Relator: Daniel Lavareda; **Publicado no**  
124 **DOE nº 33.155, de 24.06.2016**. Retirado de Pauta. **Processo nº 201503749-00;**  
125 **Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu; Pedido de Revisão** (Exame de  
126 Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável: Liberalino Ribeiro de Almeida  
127 Neto; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;  
128 Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Advogada: Verbena Paz da Silva (OAB-Pa 22.382);  
129 **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, a  
130 Conselheira Mara Lúcia submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos  
131 termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência  
132 proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao  
133 Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.578). Presidência do Conselheiro Cezar  
134 Colares. **Processo nº 201503749-00 (1200012004-00); Prefeitura Municipal de**  
135 **Palestina do Pará; Pedido de Revisão** (Exame da Admissibilidade com pedido de efeito  
136 suspensivo); Responsável: Valciney Ferreira Gomes; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério  
137 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia;  
138 **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, a  
139 Conselheira Mara Lúcia submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos  
140 termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência  
141 proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao  
142 Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.579). Presidência do Conselheiro Cezar  
143 Colares. **Processo nº 201605829-00 - 201606978-00 (930022008-00); Câmara**  
144 **Municipal de Garrafão do Norte; Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade com  
145 pedido de efeito suspensivo); Responsável: Antônio Pereira Araújo; Instrução: 3ª  
146 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora:  
147 Conselheira Mara Lúcia; Advogado: Thiago Cunha Novaes Coutinho (OAB-PA 15.245);  
148 **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, a  
149 Conselheira Mara Lúcia submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos  
150 termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência  
151 proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao  
152 Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.580). Presidência do Conselheiro Cezar



Colares. **Processo nº 201307293-00; Instituto de Previdência e Assistência de**  
**Paragominas; Aposentadoria;** Responsável: Maria do Socorro de Souza Batista; Ministério  
Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;  
**Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato.  
A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A  
Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Ato  
(Acórdão nº 29.182). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201516083-**  
**00; Prefeitura Municipal de Anajás; Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade com  
pedido de efeito suspensivo – Contas de Governo); Responsável: Edson da Silva Barros – ex  
Prefeito; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Advogada: Heloísa Tabosa Barros Leão (OAB  
18.762); **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental,  
o Conselheiro Aloísio Chaves submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido,  
nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência  
proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu homologar o efeito suspensivo ao  
Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.581). Presidência do Conselheiro Cezar  
Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
**201516083-00; Prefeitura Municipal de Anajás; Pedido de Revisão** (Exame de  
Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo – Contas de Gestão); Responsável: Edson da  
Silva Barros – ex Prefeito; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Advogada: Heloísa Tabosa  
Barros Leão (OAB 18.762); **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo  
dispositivo regimental, o Conselheiro Aloísio Chaves submeteu ao Plenário preliminar de efeito  
suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em**  
**discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu  
homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.582).  
Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
José Carlos Araújo. **Processo nº 400012011-00; Prefeitura Municipal de Limoeiro**  
**Ajuru; Prestação de Contas – 2011 – Contas de Gestão;** Responsável: Norival Rodrigues  
Pimentel; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame  
da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.155, de**  
**24.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o  
encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**  
**discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento,  
aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual  
(Acórdão nº 29.183). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201515248-**  
**00; Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari; Pedido de Revisão** (Exame de





191 Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável: Jaime da Silva Barbosa;  
192 Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.**  
193 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares submeteu ao Plenário  
194 preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi  
195 colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
196 decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.583).  
197 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201602955-00; Câmara Municipal**  
198 **de São João de Pirabas; Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade com pedido de  
199 efeito suspensivo); Responsável: Amarildo de Jesus Ferreira Pena; Instrução: 1º  
200 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro  
201 Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo dispositivo  
202 regimental, o Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo  
203 ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A  
204 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o efeito  
205 suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.584). Presidência do  
206 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201603307-00 (290022007-00); Câmara**  
207 **Municipal de Curuçá; Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito  
208 suspensivo); Responsável: José Orivaldo Melo; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado**  
209 **no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio  
210 Leão submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272  
211 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
212 Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão  
213 interposto (Resolução nº 12.585). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
214 **201602397-00; FUNDEB de Mãe do Rio; Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade  
215 com pedido de efeito suspensivo); Responsável: Keila Miranda Lopes Ferreira; Relator:  
216 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo  
217 dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao Plenário preliminar de efeito  
218 suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em**  
219 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
220 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.586).  
221 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201602776-00; Fundo Municipal**  
222 **de Saúde de Curuçá; Recurso Inominado** contra decisão do Acórdão nº 19.617/2010;  
223 Responsável: Raimundo Oliveira Almeida; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:  
224 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão, com pedido de VISTA ao  
225 Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão do dia 16.06.16; **Publicado no DOE nº 33.155, de**  
226 **24.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu  
227 **VOTO VISTA**, acompanhando o Relator, com a modulação dos efeitos para que fique  
228 assentado tratar-se de medida excepcionalíssima, consignando que a partir de então a



reforma de decisão transitada em julgado seja operada via Pedido de Revisão, ou em caso de nulidade absoluta, prevista no Art. 194 do RI/TCM/Pa, em igual prazo. **Em votação:** o Conselheiro Sérgio Leão acompanhou as modulações efetuadas pelo Conselheiro Daniel Lavareda, seguido pelos demais Conselheiros. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso, com a modificação da decisão pela regularidade das contas, nos termos do voto do Relator, aprovada com as modulações dos efeitos constantes no voto do Conselheiro Daniel Lavareda (Acórdão nº 29.184). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201604304-00 (162842007-00); Fundo Municipal de Saúde de Bonito; Pedido de Revisão** (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável: Jamil Assad Neto; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia, com pedido de VISTA ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão do dia 28.06.2016; **Publicado no DOE nº 33.155, de 24.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **VOTO VISTA**, acompanhando a Relatora, na íntegra, seguido pelos demais Conselheiros. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela insubsistência do Acórdão nº 25.839/2014, com a reabertura da instrução processual (Acórdão nº 29.185). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** o Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra e solicitou autorização do Plenário para promover a alienação de veículos e a doação de móveis inservíveis ao Tribunal. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a solicitação requerida. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares informou ao Plenário que 11 (onze) Prefeituras e 16 (dezesesseis) Câmaras Municipais ainda não fizeram a adesão ao Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, elaborado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Pará junto com Ministério Público do Estado, para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Desta forma, solicitou ao Plenário autorização para prorrogação do prazo até o dia 15 de julho para que os Municípios interessados assinem o Termo. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a prorrogação pretendida. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às quatorze horas e quinze minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**  
Presidente da Sessão